PROJETO DE LEI Nº 5275/2025

EMENTA:

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE ROTULAGEM NUTRICIONAL SIMPLIFICADA EM ALIMENTOS INDUSTRIALIZADOS COMERCIALIZADOS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, COM BASE NO SISTEMA NUTRI-SCORE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Autor(es): Deputado ALAN LOPES

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

RESOLVE:

- **Art. 1º** Estabelece a obrigatoriedade da adoção de rotulagem nutricional simplificada em alimentos industrializados comercializados no âmbito do Estado do Rio de Janeiro com base no Sistema Nutri-Score.
- Art. 2º Entende-se por Nutri-Score o sistema de rotulagem que permite aos consumidores identificar o perfil nutricional de alimentos pré-embaldados colocado na frente da embalagem, classificando os produtos em uma escala de A (mais saudável) a E (menos saudável), associadas às cores verde-escuro, verde-claro, amarelo, laranja e vermelho, respectivamente, com base no conteúdo nutricional de cada produto por 100g ou 100ml.

Parágrafo Único. A rotulagem seguirá a seguinte imagem:



- **Art. 3º** Esta Lei tem por objetivo proporcionar ao consumidor informações claras, acessíveis e padronizadas sobre a qualidade nutricional dos alimentos, permitindo assim escolhas alimentares mais saudáveis.
- **Art. 4º** O cálculo da classificação nutricional será feito com base na seguinte metodologia:
- §1º A pontuação final será obtida pela (Soma dos pontos negativos) (Soma dos pontos positivos).

§2º Serão atribuídos pontos negativos para os seguintes nutrientes, conforme o conteúdo por 100g ou 100ml do produto:

NUTRIENTE	PONTUAÇÃO NEGATIVA ATRIBUÍDA		
Energia (kJ)	0 pontos (≤ a 335 KJ) até 10 pontos (> que 3350 KJ)		
Açúcares totais (g)	0 pontos (≤ a 4,5 g) até 10 pontos (> que 45 g)		
Gorduras saturadas (g)	0 pontos (≤ a 1 g) até 10 pontos (> que 10g)		
Sódio (mg)	0 pontos (≤ a 90 mg) até 10 pontos (> que 900 mg)		

§3º Serão atribuídos pontos positivos para os seguintes nutrientes e componentes:

COMPONENTE	PONTUAÇÃO POSITIVA ATRIBUÍDA
Percentual de frutas, legumes e oleaginosas	0 pontos (< que 40%) até 5 pontos (≥ a 80%)
Fibras alimentares	0 pontos (< que 0,9 g) até 5 pontos (≥ a 4,7g)
Proteínas (g)	0 pontos (< que 1,6g) até 5 pontos (≥ a 8g)

§4º - A classificação final obedecerá à seguinte escala:

PONTUAÇÃO FINAL	CLASSIFICAÇÃO	COR	
-15 a -1	А	Verde escuro	
0 a 2	В	Verde claro	
3 a 10	С	Amarelo	
11 a 18	D	Laranja	
19 ou mais	Е	Vermelho	

§5º - Quando a pontuação de pontos negativos superar 11, a pontuação atribuída às proteínas somente será considerada se o produto obtiver 5 pontos ou mais em frutas, legumes e oleaginosas, conforme critérios técnicos.

§6º - A metodologia de cálculo descrita nos §§ 2º e 3º deverá ser aplicada separadamente para alimentos sólidos e líquidos.

Art. 5º - O Nutri-Score deverá ser exibido na parte frontal da embalagem dos produtos, em local de fácil visualização, respeitando o padrão gráfico e cromático estabelecido na legislação sanitária vigente.

Parágrafo único. São isentos da obrigatoriedade prevista neste artigo:

I – Alimentos in natura ou minimamente processados, não embalados; II – Bebidas alcoólicas com teor alcoólico superior a 1,2% volume.

- **Art. 6º** O descumprimento ao disposto na presente Lei sujeitará os infratores às sanções previstas no Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), sem prejuízo de demais penalidades aplicáveis.
- **Art. 7º** Os fabricantes, importadores e distribuidores terão o prazo de 12 (doze) meses, contados da data da publicação da regulamentação, para adequar seus produtos às exigências desta Lei.
- Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

DEPUTADO ALAN LOPES

Plenário do Edifício Lúcio Costa, 30 de abril de 2025.

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei propõe a implementação, no Estado do Rio de Janeiro, da rotulagem nutricional simplificada nos moldes do sistema Nutri-Score, iniciativa que já demonstrou resultados positivos em países como a França, a Bélgica, a Espanha e a Alemanha.

O Nutri-Score proporciona uma avaliação objetiva e gráfica da qualidade nutricional dos alimentos industrializados, considerando simultaneamente os elementos que favorecem e os que prejudicam a saúde do consumidor. Ao traduzir dados técnicos em informação simples e acessível, empodera o cidadão para fazer escolhas alimentares mais saudáveis.

A adoção desta política pública está alinhada com o direito fundamental à informação (art. 6º, III, da Lei Federal nº 8.078/1990) e com os princípios constitucionais da promoção da saúde e da defesa do consumidor.

Diante do aumento expressivo das doenças crônicas relacionadas à má alimentação, como diabetes, hipertensão e obesidade, torna-se imprescindível que o Estado adote instrumentos eficazes de informação e prevenção, nos moldes das recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS).

A implementação do Nutri-Score, ao simplificar a leitura das informações nutricionais, constitui medida essencial para a proteção da saúde pública e para a redução dos custos futuros do sistema de saúde estadual.

Pelas razões expostas, solicito o apoio dos Parlamentares para a aprovação deste Projeto de Lei.

Legislação Citada

Atalho para outros documentos

Informações Básicas

Código	20250305275	Autor	ALAN LOPES
Protocolo	24162	Mensagem	
Regime de Tramitação	Ordinária		

Link:

Datas:

Entrada	06/05/2025	Despacho	06/05/2025
Publicação	07/05/2025	Republicação	

Comissões a serem distribuidas

01.:Constituição e Justiça

02.:Segurança Alimentar

03::Saúde

04.:Economia Indústria e Comércio

05.:Orçamento Finanças Fiscalização Financeira e Controle

▼TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº 5275/2025



